

*Comércio da língua e Francofonia:
que lições retirar dos
Commonwealth studies?*

*Commerce of language and
Francophonie: which lessons can be
drawn from Commonwealth studies?*

Simon **HAREL**

Professor titular do
Departamento de Literatura
Comparada da Faculdade
de Artes e de Ciências,
Universidade de Montreal.
Montreal, Quebec, Canadá.

simon.harel@umontreal.ca

Tradução de
Ana Rossi

Resumo

O estado atual da Francofonia internacional que coloca em evidência a noção de diversidade cultural parece-me uma bela maneira de evitar levantar questões prementes. Ao invés de expressar o desejo desta diversidade, pois a Francofonia, oposta à americanização da cultura, é capaz de hospedar um verdadeiro hibridismo cultural, convém interrogar a falsa unanimidade que corresponde a esta definição conveniente de uma identidade com-partilhada. A partir deste esforço que permite modelar o médium da linguagem, pode-se pensar em fazer da Francofonia uma realidade discursiva ao invés de um a priori. Convém romper com uma definição da Francofonia que favorece um modelo autofocado (a metrópole, o Estado-Nação, irradiando, claro, da França, a partir dos quais, por círculos concêntricos, expressões da diferença cultural francófona se manifestam).

Palavras-chave: Francofonia, pós-colonialismo, hibridismo cultural.

Abstract

The current state of the worldwide Francophonie emphasizes the notion of cultural difference in a way that seems to represent, in my opinion, an attempt to avoid formulating otherwise pressing questions. Rather than expressing our desire for diversity – in terms of a Francophonie that, unlike the Americanization of culture, is capable of welcoming a true cultural hybridity – we ought to interrogate the false unanimity that corresponds to this wellmeaning definition of a shared identity. Starting with this effort, which enables us to fashion a language, it is possible to make the Francophonie a discursive reality, rather than an a priori assumption. We ought to break away from the definition of the Francophonie that privileges the self-centered model based on the metropolis, the nation-state spreading its influence – France, naturally – out of which expressions of francophone cultural difference emerge in concentric circles.

Keywords: Francophonie, post-colonialism, cultural hidridity.

Quero expressar um mal-estar. Será que a noção de Francofonia é um acordo de trouxas? Claro, a noção de Francofonia é de uso fácil quando se refere às instituições que têm como papel regulamentar e decretar o que é a cultura. Assim, as universidades, as diferentes formas da instituição literária, os governos promovem com o maior entusiasmo esta Francofonia que teria, acredita-se, belos dias diante dela. Uma outra noção testemunha disto, que tem a felicidade de agradar, e tem se tornado um clichê de toda política cultural: a diversidade seria uma dos componentes desta Francofonia que deveríamos saudar.

A priori, nada tenho contra a Francofonia, mas para ser honesto, nada justifica que eu lhe faça um juramento de fidelidade. A questão que me coloco hoje é límpida: em que medida uma noção, como a da Francofonia, é de uma utilidade qualquer para o escritor? Se aceitarmos não levar em conta as grandes celebrações institucionais, como no caso do Encontro da Francofonia que aconteceu no Quebec após as celebrações dos 400 anos desta cidade, a Francofonia poderia estar na base de um imaginário fecundo? Esta referência às comunidades imaginadas (ao papel do imaginário em toda narração de si e dos outros) não é nova. Um conhecido autor, Benedict Anderson (BENEDICT, 1991) faz referência a isto, já que seu projeto consiste em repensar os limites do estado nacional, a levar a sério a *mise en récit*

(ou se preferirmos: a enunciação) dos pertencimentos que “nos” tornam sujeito de tal nação. Sobre este assunto, Arjun Appadurai (APPADURAI, 1996), inspirando-se no pensamento de Benedict Anderson, afirma que tais comunidades imaginadas não poderiam se ater apenas ao aspecto coletivo. Segundo o antropólogo, conviria explorar, ao lado das comunidades imaginadas, a função das vidas imaginadas na era da modernidade tardia. A tese do antropólogo seduz. As formas de pertencimento tradicionais (da família ao estado) se esvaem pouco a pouco. As representações territoriais e imperiais da nação se desmoronam no contexto de uma descolonização que começou pouco depois do final da Segunda Guerra Mundial. Assim, a nação não seria mais o princípio fundador de uma legitimidade política, linguística, ou cultural. Conviria levar em conta a existência de transnacionalismos que representam tantas e tantas bases instáveis em um mundo que está governado por reformulações, muitas vezes violentas, da economia de mercado em um contexto de mundialização.

O que tem a ver em toda esta história a noção de Francofonia que é a expressão de um fazer coletivo com sotaques de De Gaulle, noção que não consegue mascarar uma pontada de anglofobia? Quais são os motivos que podem nos conduzir a utilizar esta noção, se preciso for? Eis uma questão que gostaria de colocar. Enfim, a Francofonia está em condições de interrogar seu próprio passado e os recalques da história coletiva que, de maneira nada idílica, representam um patrimônio comum? Para dizê-lo claramente, a Francofonia está em medida de questionar sua fundação colonial (isto significa certamente estudar o franco-centrismo da Francofonia), e em seguida seu fundamento pós-colonial atual? Fenômeno interessante que poderá alimentar a reflexão o fato de não ser indiferente que meu propósito seja enunciado no contexto do Quebec: testemunho de uma indecisão identitária colocada entre uma afirmação nacional e um legado pós-colonial que ainda não é fácil de delimitar: da conquista em 1763 às reivindicações atuais das Primeiras Nações.

Mas voltemos a minha interrogação primeira, à surpresa do escritor face a uma noção tão fugaz quanto a Francofonia. Esta última pode ser a fonte de um desejo duradouro de escrever? Acredito que não. Assim, a Francofonia, apesar dos apelos à diversidade cultural, permanece antes de tudo uma noção cujo nativismo identitário é um traço marcante. Em suma, a Francofonia se baseia sobre o compartilhamento de uma língua comum. Mas, observa-se bem a fraude que representa esta afirmação, porque qualquer sociolinguista, ao estudar as formas de expressão do francês no mundo, constatará, bem mais que uma diversidade (isto é, uma variedade de expressões idiomáticas), um verdadeiro fosso. Apesar do que se diz, o francês falado no Quebec e na França não é o mesmo. Quanto à expressão escrita, muitas vezes ela diverge. Nós podemos, claro, sonhar a respeito de um novo reerguimento da língua francesa no Quebec, fazendo valer que a busca de uma pureza linguística hexagonal nos tornaria melhores. Mas este propósito de intelectual, supondo que ele mereça alguma atenção (o que eu não acredito), nunca foi coroado de sucesso na história do Quebec. Quanto a este nativismo identitário cuja fonte linguística é predominante, a literatura do

Quebec dos últimos anos nos indica bem o caráter conflitual destes pertencimentos a respeito dos quais a noção de Francofonia apresenta uma utilidade relativa.

A este respeito, coloquei em evidência, em outras ocasiões, o aspecto conflitante das letras do Quebec na medida em que as figuras do enraizamento, da preservação do patrimônio cultural, do elogio à sobrevivência da Francofonia na América do Norte não me parecem mais, muito felizmente, representar temáticas que ainda tenham um pouco de sentido (HAREL, 2007-2008, p. 25-41). Sem ser pertinente encarmos uma polêmica, convém notar a pluralidade dos fundamentos linguísticos e imaginários que (re)fundam a literatura do Quebec. No início dos anos oitenta, costumava-se apostar nas escritas migrantes. Estas eram o sinal de um deslocamento fundamental de perspectiva porque a literatura do Quebec, em sua forma institucional, reconhecia, por intermédio de prêmios, celebrações, trocas internacionais, a importância da deambulação, das desterritorializações que são, lembremos Gilles Deleuze, a forma de toda literatura menor. Este elogio das escrituras migrantes enfraqueceu-se. Mas outras enunciações vêm à luz do dia no início dos anos 2000: as práticas culturais autóctones (cujas manifestações literárias, isto deve ser dito, são ainda embrionárias) tornaram-se objeto de uma leitura e de uma escuta atenta¹. Acontece o mesmo com o papel desempenhado pelos escritores mundializados (a expressão, eu sei, é desajeitada) que, por diversas razões, não se identificam com a esfera identitária francófona².

Estes autores, que associávamos tradicionalmente à literatura canadense, ou à literatura anglo-canadense, ou, mais ainda, caso este termo não seja muito específico, à literatura anglo-quebequense, são agora lidos, comentados, reconhecidos no contexto do Quebec contemporâneo. Assim, Yann Martel, Rawi Hage, que provém de universos culturais muito diferentes, foram nestes últimos anos os recipiendários de prêmios literários prestigiosos³. Mais eis que nossa reflexão sobre a Francofonia vai de água abaixo. Estes escritores não obtiveram o Goncourt ou outros prêmios prestigiosos. São ladrões de língua que fizeram a escolha pelo inglês (por razões pessoais, culturais, e até institucionais). Estes escritores seriam então traidores à pátria? A menos que eles representam de maneira complexa a expressão de uma Francofonia à geometria variável que não se satisfaz mais do nativismo identitário que eu contestava agora há pouco. Que me compreendam bem a respeito destas questões: seria odioso dizer a respeito de Yann Martel ou de Rawi Hage que eles trocaram o francês pelo inglês. Itinerários, numerosas viagens (e uma educação, que, imagino eu, foi muitas vezes conduzida em inglês) puderam conduzir Yann Martel a privilegiar, para sua obra de escritor, uma outra língua que sua língua materna. Quanto a Rawi Hage, que chegou do Líbano há alguns anos, a escolha do inglês, mais uma vez, corresponde certamente a determinações culturais muito importantes. Mas Rawi Hage, é importante lembrá-lo, é também um estudante na Universidade do Quebec em Montreal, que redige uma tese de doutorado na área das artes visuais. E Yann Martel, apesar de sua descrição lendária, não se proíbe intervir sobre sua obra em francês em Montreal ou em outro lugar. Convém então

1 | A este respeito, notemos a École d'été oferecida pelo Centre d'Études et de Recherches Internationales (CERIUM), da Universidade de Montreal, sob a direção de Sarah Henzi e de Isabelle St-Amand, sob o título: *Littérature autochtone du Canada et du Québec: réflexions sur la politique et la culture* (Literatura autóctone do Canadá e do Quebec: reflexões sobre a política e a cultura).

2 | Pensamos espontaneamente em Yann Martel e em Rawi Hage. Voltarei a este ponto.

3 | O Book Prize, para Martel; o IMPAC Dublin Literary Award, para Hage.

matizar a reflexão em curso, e se colocar mais uma vez a questão da utilidade do francês quanto a estas vidas imaginadas que descrevia Arjun Appadurai em seu *Après la globalisation*⁴.

Eu anunciava, no início deste artigo com certa impetuosidade, que a Francofonia era um acordo de trouxas. Queria, graças a esta forte expressão, dar a entender que o elogio, a celebração de uma língua nativa, a lembrança de referências culturais comuns, o prazer de manusear as palavras traduziam um repertório de lugares comuns. Parece-me, de fato, que a valorização da Francofonia remete, na maioria dos casos, ao desejo de restaurar uma potência passada. Sem duvidarmos, a expressão da Francofonia seria o apanágio de uma consciência melancólica lamentando tempos antigos onde a afirmação de um universalismo em francês era de regra. Podemos afirmar que a utilização elogiosa da Francofonia, a título de motivo identitário, é inversamente proporcional à sua importância institucional, econômica, e social? Em outros termos, a Francofonia é a expressão de uma nostalgia em relação a este mundo autofocado que representou, e que representa ainda a França? Será que ela está em medida de abordar as manifestações de uma cenografia pós-colonial, retomando a expressão de Jean-Marc Moura (MOURA, 1999)?

Retomo a fábula que submetia no início deste artigo. Imaginemos este escritor quebequense que, após um certo número de trânsitos culturais, reaparece sob um outro nome de pluma, com uma outra identidade linguística na praça de Paris, digamos nas Edições Gallimard. Que pensar desta lenda urbana que corre em Montreal: para ser publicado em Paris um autor quebequense deve primeiro mudar de nome, riscar qualquer referência ao Quebec, mandar traduzir o seu romance em edição de autor ser publicado em Nova Iorque, Sydney ou Londres, traduzir-se novamente em francês em Paris... para ser reconhecido? A Francofonia seria um acordo de trouxas? Imaginemos que este autor seja objeto de uma crítica elogiosa nas páginas literárias do *Le Monde*. Imaginemos, apesar de tudo, que a história que estou contando a vocês seja a de um Romain Gary pós-colonial, nascido em Montreal, que se faz passar por outro, conhecendo o sucesso e devendo manter uma fraude para poder sustentar um mito literário. Seria um *alias* de Réjean Ducharme que, por intermédio de um testa de ferro, teria elaborado uma obra singular que se atribui hoje em Bruxelas, Lyon ou Montreal, a este escritor australiano solitário do qual nunca vimos outra coisa que uma fotografia amarelada feita em seu apartamento em Melbourne? Seria este escritor neozelandês, vivendo hoje recluso na Malásia, cuja obra, teria, diz-se, influenciado, antes da hora, os escritos de um Coetzee? Este escritor de origem desconhecida que eu tenho prazer de manter o mito, não seria um Hubert Aquin que, em seu ímpeto, teria decidido render-se ao inimigo e ser publicado em inglês de maneira a ir mais rápido e dominar a língua do Mestre?

Estas figuras de escritores imaginários não são ridículas a priori. Elas testemunham do destino singular do escritor que tem como tarefa a de se reinventar a cada vez que escreve. O escritor não está enraizado, atado, preso nas malhas. Ele não está irremediavelmente sujeito ao território, à língua, à identidade. O escritor cria. Isto significa dizer que

o estatuto do escritor francófono não pode ser apenas uma condição de mal-estar. A menos que se veja a Francofonia como uma plataforma institucional que se desloca de país em país ao ritmo de seus encontros e de seus palavrórios, convém perguntar-se o que ela quer dizer concretamente. Há pouco, fazia referência à figura do escritor em trânsito cujas efabulações (mudanças de nome, de identidade civil, de língua) eram o sinal de infidelidades. Eu sublinhava que a escolha do inglês, estratégia editorial repleta de duplicidade, contribuía sem dúvida para dar a este escritor quebequense, recluso em sua “quase América”, um pouco do glamour do centro de Paris. A escrita é, claro, um projeto, mas é preciso tentar, no melhor dos casos, viver disto.

Tomemos alguns exemplos recentes. Rawi Hage publica em 2006 *De Niro's Game*⁵, romance traduzido há pouco pelas Edições Boréal de Montreal, que conhece um grande sucesso. Críticos literários francófonos e anglófonos sublinham o impacto deste livro. Rawi Hage, que mencionei há pouco que era estudante em artes visuais na UQUAM (Universidade francófona e urbana de Montreal), recebe em 2008 o International Impac Dublin Award, prêmio literário mais importante se levarmos em conta a dotação de 100.000 Euros. Este prêmio é oferecido a todo escritor que publicou um romance, não importando a sua nacionalidade, nem a primeira língua em que foi publicado. Assim, Andreï Makine foi finalista em 2008, Tahar Ben Jelloun recebeu este prêmio em 2004, e Michel Houellebecq para *Les particules élémentaires*⁶ em 2002. Como constataremos agora os nomes dos finalistas são prestigiosos. Em 2007, Julian Barnes, John Maxwell Coetzee, Cormac McCarthy, Salman Rushdie. Em 2004, Paul Auster, William Boyd, Rohinton Mistry. Em 2002, Margaret Atwood, Carlos Fuentes. Em 2000, Toni Morrison, Philip Roth. Em 1999, Don DeLillo.

Um outro exemplo me permitirá afinar esta reflexão sobre o reconhecimento dos escritores, quer se trate do círculo restrito da Francofonia, quer se trate do que chamamos da área dos *Commonwealth Studies*. Yann Martel é um escritor canadense nascido em Salamanca em 1963. Filho de pais quebequenses francófonos, Yann Martel vive sua infância em diversos lugares: do Oeste canadense aos Estados Unidos, sem esquecer a América Central e a Europa. Continuando seus estudos universitários na Universidade Trent, Yann Martel publica, desde 1996, um romance que tem como título *Self*⁷ que conhecerá um sucesso de crítica significativo. O itinerário desde então ficou conhecido. Após a publicação de seu terceiro romance, *Life of Pi*⁸, Yann Martel se torna um escritor renomado. Ele faz parte destes raros escritores globalizados que, como Paul Auster ou Salman Rushdie, são considerados autores híbridos, sem referência identitária singular. Em 2002, Yann Martel recebe o famoso Man Booker Prize. A obra está nomeada para obter o Commonwealth Writers Prize for Best Book. Eis o que se pode chamar de um imenso sucesso.

Deve-se reconhecer, a propósito do Quebec contemporâneo, que nossos “sucessos” provém raramente da área literária que permanece um lugar de criação confidencial, por assim dizer. Isto não significa evidentemente que a literatura daqui é menos interessante!

5 | *O Jogo de Niro.*

6 | *As partículas elementares.*

7 | *Eu mesmo.*

8 | *A vida de Pi.*

Isto quer talvez dizer, no entanto, que a literatura daqui corresponde a motivos narrativos e poéticos que não se inserem na continuidade dos Grandes Relatos literários e dos metadis-cursos narrativos oriundos do mundo anglo-saxão.

Para dizê-lo claramente, críticos sem dúvida um pouco maldosos e céticos puderam pensar, e não ousarem dizer, que Yann Martel escrevia uma obra conforme em todos os pontos a modelos narrativos dominantes e normativos tributários dos grandes discursos críticos na moda: da ecologia às problemáticas apresentadas pelos estudos culturais e pós-coloniais nas universidades americanas, australianas e inglesas. Para dizer ainda mais claramente, tais críticos decididamente maldosos considerariam que a obra de Yann Martel é apenas uma receita, uma espécie de relato cenarizado segundo os modos mais recentes do Hollywood pós-colonial anglo-saxão. Pode-se receber este argumento e se interrogar se de V.S. Naipaul a Rushdie, sem esquecer de Derek Walcott, Nadine Gordimer, ou Rohinton Mistry, grande escritor canadense, existe uma receita literária à qual, nós, escritores quebequenses, não subscrevemos. Pode-se também adotar um ponto de vista amargo e dizer que os antigos *Commonwealth Studies*, que se transformaram há pouco nos estudos pós-coloniais, sabem decididamente acolher escritores que, à primeira vista, parecem estrangeiros à sua comunidade de origem.

A questão merece mais uma vez ser colocada. Quais são os fatores institucionais, já que se trata aqui de prêmios literários internacionais sobre os quais um escritor pode legitimamente contar caso ele queira viver de sua pluma, e obter um reconhecimento simbólico na área da instituição literária? Eu mencionaria que, na área literária, nossas criações não visam à exportação. Pensaremos, sem dúvida, que a expressão é escandalosa; acrescentaremos que até a noção de indústria cultural deve ser tomada com cautela. Faremos valer que a Francofonia não se preocupa com este comércio. No entanto, a área dos livros, perguntem ao editor que publica seus livros, é uma empresa comercial.

A este respeito, o estado atual da Francofonia internacional, que coloca a tônica sobre a noção de diversidade cultural, me parece uma bela maneira de evitar levantar questões mais que delicadas. Ao invés de expressar o desejo desta diversidade, já que a Francofonia, oposta à americanização da cultura, é capaz de hospedar um verdadeiro hibridismo cultural, convém nos interrogarmos sobre a falsa unanimidade que corresponde a esta definição conforme uma identidade compartilhada. A Francofonia não corresponde a uma realidade objetiva. É absolutamente inútil fixá-la em uma área institucional. Ela é uma realidade imaginada por locutores que se engajaram em transações de linguagem. Os escritores trabalham constantemente este material enunciativo e retórico. A partir deste esforço que permite modelar o médium da linguagem, torna-se viável fazer da Francofonia uma realidade discursiva, ao invés de um a priori. Convém romper com uma definição da Francofonia que favorece um modelo autofocado (a metrópole, o Estado-Nação irradiando, claro, a França, a partir dos quais, em círculos concêntricos, expressões da diferença cultural francófona se manifestam).

Além disto, nada adianta reivindicar, por meio de um manifesto a propósito de uma literatura-mundo em francês, a degradação de uma literatura francesa imperial. Apesar das intenções dos escritores em busca de uma literatura francesa liberada de seu pacto exclusivo com a nação terem razão de recusar este centro que representa a literatura franco-francesa, deve-se ter a honestidade de admitir que este debate está ultrapassado. No âmbito dos Commonwealth Studies, a emergência da literatura-mundo não esperou para acontecer. Ela apareceu desde o final dos anos cinquenta para melhor contestar em seguida seu pertencimento ao antigo Império britânico. Não se trata de um atraso histórico quando nos referimos à Francofonia, mas de um verdadeiro subdesenvolvimento cultural que proíbe estudar os fundamentos pós-coloniais da Francofonia. Enquanto a Francofonia não ousará ligar a questão política à questão literária, ela permanecerá um museu exótico. Enquanto a Francofonia mantiver a prevalência da língua francesa como fundamento do pertencimento nacional ou plurinacional, ela manterá de maneira edificante o princípio de uma identidade composta (podemos ser quebequense francófono, originário do Líbano, do Egito, do Vietnã, da Suíça ou da Martinica e falar a mesma língua, como se esta última representasse um fundamento indiscutível do pensamento). Esta declinação virtuosa dos fundamentos territoriais e identitários da Francofonia (é francófono aquele que fala francês) não coloca em questão o princípio da autocategorização que a Francofonia instaura de maneira normativa. Assim, a norma hexagonal (seja a língua, ou expressões literárias) é sempre atual.

Pode-se, claro, submeter que o plurilinguismo, forma atual da modernidade tardia, modifica a fundo estes critérios de pertencimento nacional e linguístico. Pode-se, sendo otimistas, acrescentar que a hegemonia franco-francesa se atenua pouco a pouco. Permitam-me duvidar. A política do francês na área da Francofonia está associada a este princípio que consiste em se colocar ao serviço da língua francesa, de sua sobrevivência, o que justifica todos os discursos culpabilizadores e moralizadores. Ouvem-se muitos destes discursos no Quebec, em particular nos meios políticos que, sob o pretexto de defender a Francofonia, culpam o bom povo fazendo valer sua passividade a respeito da subida do inglês e da americanização cultural. Não se pode ter cultura, como não se pode ter literatura, se elas estão submetidas à nostalgia de uma origem grandiosa hoje degradada, ao desejo de restaurar esta origem sob a forma de discursos utópicos que expressam a ideia purista de uma língua francesa, ou ainda, como expressava Nicolas Sarkozy nos idos de sua Presidência, de uma política de renascimento cultural. Claro, talvez seja ainda pertinente colocar no âmbito dos valores ditos franceses, a democracia, a universalidade, a igualdade. Mas este propósito não é mais uma vez ingênuo na medida em que ele escamoteia totalmente esta dimensão pós-colonial que, sob a forma dos conflitos, constitui o essencial dos *Commonwealth Studies*?

Deve-se então escrever, como os autores do manifesto *Pour une littérature-monde en français*⁹: “Ao mesmo tempo um vento novo soprava além da Mancha, e impunha a evidência de uma literatura nova em língua inglesa singularmente em sintonia com o mundo

9 | Para uma literatura-mundo em francês.

que estava nascendo. Em uma Inglaterra rendida à sua terceira geração de romances woolfianos – isto significa dizer como o ar que circulava ali estava ficando impalpável -, jovens brincalhões se voltavam para o vasto mundo para respirar um pouco mais. Bruce Chatwin ia embora para a Patagônia, e seu relato tomava ares de manifesto para uma geração de *travel writers* (“Aplico ao real as técnicas de narração do romance para constituir a dimensão romanesca do real”). Depois eles se afirmavam em uma impressionante algaravia de romances barulhentos, coloridos, mestiços, que expressavam, com uma força rara e com palavras novas, o rumor destas metrópoles exponenciais onde se chocavam, se misturavam, se amalgamavam culturas de todos os continentes. No coração desta efervescência Kazuo Ishiguro, Ben Okri, Michael Ondaatje etc. e Salman Rushdie, que explorava com acuidade o aparecimento do que ele chama os “homens traduzidos”: aqueles que, nascidos na Inglaterra, não viviam mais na nostalgia de um país de origem para sempre perdido, mas se sentiam entre dois mundos, entre duas cadeiras, tentavam de todas as forças de fazer desta telescopagem o esboço de um mundo novo¹⁰.

Esta descolonização das letras inglesas aconteceu desde os anos sessenta. Estas tropicalidades subversivas vieram à tona depois dos críticos proclamarem *The Empire writes back!* Não saberíamos imaginar nada disto no contexto francófono. Não se pode nem imaginar a pertinência desta crítica em um contexto contemporâneo onde os grandes movimentos de descolonização deixaram lugar a constatações muitas vezes amargas que marcam passo, que removem o passado.

Volto a este escritor fictício que reside nos contornos da minha comunicação. Devemos, como poderíamos pensar a propósito das obras de Rawi Hage e de Yann Martel, nos rendermos ao inimigo, trair e desertar? Será possível desertar sua língua materna? Duvido. Mas é certamente possível encarar a instituição francófona como uma mãe de substituição que proporciona os cuidados necessários, que acaricia sabendo-se que esta adoção não convém a você, e para dizer a verdade te indis põe profundamente. Por razões que remetem primeiro ao itinerário pessoal, e ao conhecimento linguístico deles, Hage e Martel escolheram o inglês. E eis que esta escolha se traduz pela obtenção de prêmios internacionais que nenhum escritor quebequense ousaria sequer pensar dentro do espaço francófono. Mal-estar...

O Quebec é reconhecido como um dos mais importantes exportadores de “produtos” culturais no espaço francófono, quer se trate de multimídia, de indústria de jogos em rede, de coreografia, das numerosas manifestações das artes do circo que surgem no Quebec, de artes visuais. Tudo isto se vende porque existem poucas palavras escritas em francês que evocam a cenografia identitária de um francófono hesitando sem cessar entre a lembrança de um passado glorioso e a necessidade de sobreviver, e que o faz recorrer à chantagem institucional de uma língua em vias de desaparecimento. Estes artistas, dançarinos, pintores, coreógrafos não tiveram necessidade da Francofonia no sentido de eles terem necessidade de uma língua que lhes foi imposta sob a forma de um fardo cultural. Estes artistas criam o

10 | Muriel Barbery, Tahar Ben Jelloun, Alain Borer, Roland Brival, Maryse Condé, Didier Daeninckx, Ananda Devi, Alain Dugrand, Édouard Glissant, Jacques Godbout, Nancy Huston, Koffi Kwahulé, Dany Laferrière, Gilles Lapouge, Jean-Marie Laclavetine, Michel Layaz, Michel Le Bris, J.M.G. Le Clézio, Yvon Le Men, Amin Maalouf, Alain Mabanckou, Anna Moï, Wajdi Mouawad, Nimrod, Wilfried N'Sondé, Esther Orner, Erik Orsenna, Benoît Peeters, Patrick Rambaud, Gisèle Pineau, Jean-Claude Pirotte, Grégoire Polet, Patrick Raynal, Jean-Luc V. Raharimanana, Jean Rouaud, Boualem Sansal, Dai Sitje, Brina Svit, Lionel Trouillot, Anne Vallaeys, Jean Vautrin, André Velter, Gary Victor, Abdourahman A. Waberi. “Pour une «littérature-monde» en français”, *Le Monde*, 15 de março de 2007.

imaginário de uma Francofonia inventada. A este propósito, os artistas, os escritores, os coreógrafos aos quais faço referência despontam todos no exterior (em Londres, Frankfurt, Sydney, Singapura, Hong Kong).

São os verdadeiros criadores transnacionais de uma Francofonia que aceitou de deixar cair a molde identitário de uma língua fetiche que corresponde a este franco-centrismo ultrapassado, vestígio ultrapassado de um colonialismo. Em outros termos, os criadores quebequenses, que são de cultura norte-americana, rapidamente perceberam, um pouco como o escritor fictício que eu colocava em cena, que de nada serve esperar dez anos para ser publicado em Paris; e que é melhor ter corrido ontem para Nova Iorque e Londres, hoje para Tóquio e Sydney, e amanhã... Esta atitude infiel que reivindico, é uma maneira de praticar uma rápida retirada. Melhor do que se render aos restos de um patrimônio cultural que deveríamos honrar, a Francofonia não teria como explícita visada político-institucional interrogar, com a maior urgência, esta cenografia pós-colonial que a impede de emergir?

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. Edição revista, Londres: Verso Books, 1991.

APPADURAI, Arjun. *Modernity At Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

BARBERY, Muriel et al (Org.). Pour une “littérature-monde” en français, *Le Monde*, 15 de março de 2007.

FRANÇOIS, Paré. *Les littératures de l'exiguïté*. Hearst: Le Nordir, 1992.

GARNIER, Xavier. “La littérature francophone, une affaire de style?”, In *Les études littéraires francophones: état des lieux. Actes du colloque 2-4 mai 2002* Lieven D’Hulst et Jean-Marc Moura éd., Villeneuve-d’Ascq: Editora do Conselho Científico da Universidade Charles-de-Gaulle- Lille 3, 2003.

GAUVIN, Lise. *La fabrique de la langue*. Paris: Seuil, 2004.

GLISSANT, Edouard. *Introduction à une poétique du divers*. Paris: Gallimard, 1996.

HAREL, Simon. *Braconnages identitaires. Un Québec palimpseste*, Montreal: VLB Editor (Le soi et l’autre), 2006.

_____. “Les loyautés conflictuelles de la littérature québécoise”, dans *Québec Studies: Textes, territoires*, traduction: (dé)localisations / dislocations de la littérature anglo-québécoise, Inverno de 2007/Verão de 2008: 44, p. 25-41.

_____. *Les passages obligés de l'écriture migrante*. Montreal: XYZ (Théorie et littérature), 2005.

MOURA, Jean-Marc. *Littératures francophones et théorie postcoloniale*. Paris: Le Seuil, 1999.

RUSHDIE, Salman. “La littérature du Commonwealth n'existe pas”, in *Patries imaginaires*. traduit par Aline Chatelin, Paris: Christian Bourgois, 1993.

